

# PRÁTICAS CIBERATIVISTAS, AGÊNCIA SOCIAL E CIBERA CONTECIMENTOS

## *CYBERACTIVISTIC PRACTISES, SOCIAL AGENCY AND CYBERFACTS*

**Airton Luiz Jungblut**

*jungblut.ez@terra.com.br*

*Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutor em Antropologia Social pela UFRGS (2000).*

### RESUMO

Nesse artigo o autor busca a análise do tipo de “agência” característica das práticas “ciberativistas” que se desenvolvem atualmente naquilo que se convencionou chamar de “ciberespaço”. Também interessa analisar, à luz da Teoria do Ator-Rede, a “agência” que dispositivos materiais não humanos (máquinas, plataformas informacionais, sites de relacionamento, blogs, etc.) exercem sobre os sujeitos enredados nessas experiências de ciberativismo, produzindo aquilo que pode ser chamado de “ciberacontecimento”. Uma avaliação sobre o tratamento antropológico que poderia ser empregado para a análise desse tipo de evento é, também, outro objetivo pretendido.

**Palavras-chave:** Agência. Ciberativismo. Ciberacontecimento.

### ABSTRACT

In this article the author tries to analyze the type of characteristic "agency" of "cyber-activists" practices which are currently developing in what is conventionally called "cyberspace". It also is interested in analyzing, in the light of the Actor-Network Theory, the "agency" that nonhuman material devices (machines, informational platforms, social networking sites, blogs, etc.) have on the subjects entangled in these cyberactivistic experiments, producing what can be called "cyberfact". A review of the anthropological treatment that could be used to analyze this type of event, too, is another desired goal in this article.

**Keywords:** Agency. Cyberactivism. Cyberfact.

### INTRODUÇÃO

O advento da comunicação mediada por computador em escala global (*Internet*) tem, inegavelmente, favorecido a revitalização das mobilizações e lutas sociais espontâneas em várias partes do mundo. O termo “ciberativismo” tem sido empregado para nomear essa prática desenvolvida por grupos e indivíduos no ciberespaço e que tem prosperado, sobretudo, através de ruidosas e eficientes campanhas “virais”. Esse fenômeno tem sido bastante investigado academicamente, o que tem permitido compreender, principalmente, as lógicas

organizacionais acionadas nessas ações em rede. Contudo, ainda muito pouco se sabe sobre as autonomias e motivações individuais dos agentes nelas envolvidos, sobre as características sócio antropológicas de seus novos poderes e sobre os diferentes tipos de engajamento pessoal em movimentos sociais deflagrados no ciberespaço. Um dos propósitos desse artigo é, justamente, indagar sobre a agência desses sujeitos tentando inventariá-las, tipificá-las e analisá-las antropológicamente. Também interessa analisar, à luz da Teoria do Ator-Rede, a agência que dispositivos materiais não humanos (máquinas, plataformas informacionais, sites de relacionamento, blogs, etc.) exercem sobre os sujeitos enredados nessas experiências de ciberativismo produzindo aquilo que pode ser chamado de “ciberacontecimento”. Uma avaliação sobre o tratamento antropológico que poderia ser empregado para a análise desse tipo de evento é, outrossim, outro objetivo pretendido por esse artigo.

## CIBERATIVISMO E AGÊNCIA

Quando se fala que a emergência da Internet está provocando uma revolução comunicacional só comparável, em impacto, ao surgimento da escrita ou da imprensa *gutemberguiana*, costuma-se mencionar, para legitimar tal afirmação, as muitas esferas da atividade social e cultural do mundo atual que estão sendo afetadas por esse processo. Sociabilidade, construção de conhecimento, informação, entretenimento, arte, política, etc. todas essas atividades humanas estão sendo profundamente afetadas pelo desenvolvimento acelerado desse novo mundo chamado *ciberespaço*. Na esfera política, que é o que interessa explorar nesse artigo, a história ainda curta da *Internet* é farta em episódios onde fatores como rapidez informacional, ausência de mecanismos eficientes de censura, poder de difusão e mobilização foram determinantes para o sucesso de populares transformações políticas. A Primavera Árabe de 2011, a ciber-mobilização em prol da candidatura de Barack Obama em 2008 e a mítica utilização, a partir de 1994, da *Internet* pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, no México, podem ser citados como episódios emblemáticos da impactante entrada em cena, na esfera política, dessa nova mídia.

Atentos a esse processo e seu potencial impacto nas transformações políticas vindouras, muitos pesquisadores têm investigado as utilizações políticas que os usuários dessa mídia vêm dela fazendo. O termo “ciberativismo” tem sido utilizado para nomear a ação política que grupos e/ou indivíduos praticam no ciberespaço e tem, de certa forma, servido como termo indexador da produção acadêmica dedicada ao tema. Nessa produção, grosso modo, o que é tratado por “ação política” guarda grande correlação com sua correspondente *off-line*. Por isso, a maioria dessa produção, parece apenas interessada em investigar certa transferência para o mundo *on-line* daquilo que já vinha ocorrendo no mundo *off-line*, mas alertando, há que se reconhecer, para a impactante otimização que processos políticos ordinários (defesa de causas, mobilização, arregimentação de militantes e simpatizantes, etc.) obtêm nesse meio.

Uma avaliação, ainda não exaustiva, sobre essa produção mostra uma escassez de curiosidade sobre as motivações individuais para a ação política no ciberespaço. Há coisas que podem perfeitamente ser agrupadas sob o título de “ações políticas” que estão cotidianamente se gestando no ciberespaço e que ainda permanecem sem receber nenhum tipo de investimento analítico. Mas o que poderíamos considerar “ação política” no ciberespaço?

Neste ambiente temos de tudo um pouco, desde ações que nada mais são do que replicação ali daquilo que é feito no mundo *off-line* como coisas que, embora, não propriamente ciberespaciais, só assumem toda a sua potencialidade

através da otimização provocada pela comunicação mediada por computador. Ali ocorrem, por exemplo, comunicações institucionais de grupos, partidos, ONGs, facções, grupos de pressão, etc. que são concebidas e realizadas com o emprego das lógicas próprias da ação política profissional, ou seja, projetadas e realizadas segundo a racionalidade própria desse campo. Mas, também, com a mesma desenvoltura dos agentes profissionais da política, podemos observar a ação de militantes e simpatizantes de todas as causas possíveis agindo com grande destreza e provocando, não raro, impactos nada desprezíveis e até superiores àqueles produzidos pelos profissionais. É comum, por exemplo, em épocas de eleição, que alguns sites, blogs, fóruns, etc. mantidos por militantes ou simpatizantes de uma dada candidatura, consigam produzir mais efeitos positivos para esta do que os recursos oficiais (partidários) colocados à disposição do candidato. No ciberespaço, parece já estar comprovado para muitos analistas, que a ação livre dos indivíduos leva grande vantagem sobre a ação coletiva das organizações formais. Isso, muito provavelmente, ocorre como decorrência da multidirecionalidade e da polifonia vigente no ciberespaço que permite aos atores que ali habitam vivenciarem exercícios constantes e, às vezes, frenéticos de confrontação argumentativa. Inúmeras versões de uma mesma informação, inúmeras interações, às vezes simultâneas, inúmeros contraditórios a um posicionamento, inúmeros argumentos a serem levados em conta num debate, forçam o usuário de Internet a uma reflexividade política que, inegavelmente, potencializa a autonomia posicional deste sujeito e lhe turbina o ativismo. Por essa razão, há quem diga que a Internet é a tecnologia do eu (ou do “self”) mais bem desenvolvida até hoje. Com ela o sujeito moderno está, por auxílio maquínico, como nunca antes esteve liberto de muitos dos constrangimentos sociais existentes no mundo *off-line*. O uso, por exemplo, que pode fazer do anonimato permitido por todos os lados no ciberespaço, o torna capaz de uma espécie de “moratória psicossocial” (ERIKSON, 1976, p. 129), ou seja, uma licença transitória para uma irresponsabilidade socialmente tolerada, um salvo conduto que permite a ele dar vazão a muitas extravagâncias e paixões extraordinárias que, mormente, são um ótimo combustível para o ativismo político. Mas, embora se possa contrastar essa “irresponsabilidade” e autonomia às ações políticas desenvolvidas por profissionais, ambas têm em comum o fato de serem ações intencionais para atingir metas mais ou menos definidas. Há em ambas algum tipo de projeção e monitoramento reflexivo da ação realizada. Pode-se incluir, ainda, o “hackerativismo” nessa categoria de ações políticas ciberespaciais mais programadas (planejadas e projetadas) e que requerem uma considerável concentração reflexiva para serem realizadas.

No que se poderia considerar um polo situado no outro extremo desse quadro temos uma infinidade de ações políticas levadas a cabo pelos atores que habitam o ciberespaço que possuem pouco ou, mesmo, um baixíssimo grau de intencionalidade conscientizada. Estamos falando aqui das inúmeras situações onde o ator realiza uma ação que, inegavelmente política, não é fruto de ponderações mais elaboradas quanto à intenção da mesma, nem monitorada quanto a seus efeitos. As diversificadas plataformas de interação social disponíveis no ciberespaço são pródigas no oferecimento de soluções econômicas para a manifestação de afinidades, simpatias, concordâncias, engajamentos, etc. ou o oposto disso, desconformidade, antipatia, discordância, repúdio, etc. Em sites de relacionamentos, por exemplo, é comum as pessoas, quando compõem o quadro de informações que estruturam seus “perfis”, associarem-se a comunidades, causas, ideais políticos, etc. que possuam alguma forma de existência nessas plataformas. É possível, também, manifestar economicamente posicionamentos políticos com recursos como o botão “like” ou “curtir” em sites como Facebook. Em plataformas de microblogs como o Twitter é possível associar-se a determinada causa, posição, debate, etc. incorporando às mensagens do usuário as chamadas *hashtags*. Também, o recurso “causes” disponibilizado por alguns

sites (inclusive os de relacionamento, como o Facebook) que permite vincular-se, de forma rápida e explícita, a uma causa, movimento, reivindicação, abaixo-assinado, etc. Todas essas e outras formas de ações políticas podem ser qualificadas como de baixa intencionalidade conscientizada, já que normalmente são decididas quase que instantaneamente tão logo algum estímulo ocorra. O que quero dizer é que dificilmente alguém reflete demoradamente e/ou se programa com antecedência para “curtir” uma mensagem crítica sobre o comportamento reprovável de um parlamentar ou para replicar uma *hashtag* que divulga um boicote a uma empresa antiecológica. As pessoas tomam essas decisões de forma rápida, sem muitas ponderações e raramente monitoram seu impacto. Mas, assim mesmo, trata-se de ações políticas, trata-se de uma forma econômica de ciberativismo. É claro que algumas pessoas fazem isso com mais frequência que outras o que as torna mais ciberativistas que outras, e também é verdade que sempre existirá a possibilidade de que uma ação econômica como essa seja a porta de entrada para uma ação com maior grau de intencionalidade conscientizada.

Diante deste quadro impõe-se, pois, a questão de como tipificar conceitualmente as situações observáveis nesse espectro de possibilidades. Penso que, para isso, podemos nos socorrer da noção de “agência”. Passemos a isso, então.

Quando se fala que alguém tem “agência” está-se fazendo referência a uma capacidade de ação que é, segundo observa Laura Ahearn (2001, p. 112), “sócio culturalmente mediada”. Para os propósitos da análise aqui pretendida é preciso ter em mente que essa capacidade de agir diante de uma situação social qualquer é experimentada com graus diferentes de consciência. Eis, então, que, como bem demonstrou Sherry Ortner, a questão da “intencionalidade” deve ser levada em consideração para se alcançar conceitualmente uma grande gama de ações, ou possibilidade delas, que podem ser tomadas como “agência” dentro dos vários contextos socioculturais vividos por qualquer ator humano dentro de qualquer sociedade. Como bem percebeu essa autora, existe um *continuum* entre, num dos polos, definições em que as intenções não necessitam estar bem conscientizadas nas ações dos atores (“definições *soft*”) e, noutro, definições onde está prevista a existência de um desejo mais conscientizado, de intenções mais formalizadas, bem como, de uma ação criativa visando a realização desses desejos e/ou intenções. Segundo William Sewell que, nos termos de Ortner, é representante dessa versão mais “hard” deste conceito: “agência acarreta a capacidade de coordenar as próprias ações com outros e contra outros, de formar projetos coletivos, de persuadir, de coagir...” Assim entre o projeto objetivamente conscientizado e o quase inconsciente desejo de algo haveria um *continuum* onde uma série de posições intermediárias de “agência” e, mesmo, a possibilidade de evolução de uma situação mais *soft* para uma mais *hard*, pois, como observa Giddens, a consciência da intencionalidade de uma ação pode ser vista como um processo (GIDDENS, 1979, p. 56) e, não raramente, só se consumir depois dela ter ocorrido.

Se usarmos, então, a noção de agência, entendida como uma capacidade ou possibilidade de se agir socialmente sobre uma dada situação, com graus diferenciados de intencionalidade conscientizada, como instrumento conceitual para a análise da variedade de ações políticas que ocorrem no ciberespaço, teremos a sobreposição de dois *continuums*. Assim, o pólo *hard* do *continuum* refere-se à definição de agência casa-se perfeitamente com a lógica dos agenciamentos políticos postos em prática através de um roteiro conscientizado de intenções, de definição de meios, metas e monitoramentos que caracteriza a ação política profissional ou aquela produzida por militantes e/ou simpatizantes fortemente engajados em projetos políticos mais consistentemente estruturados. No pólo *soft* deste continuum estariam aqueles agenciamentos políticos

fragilmente conscientizados que caracterizariam adesões que se fazem ao sabor de impulsos momentâneos, sem a necessidade de grandes esforços reflexivos, aquelas manifestações de apoio a causas, movimentos, posições políticas produzidas de forma rápida, muitas vezes através de um simples *click* de mouse.

Esse último tipo de agência política, até onde foi possível averiguar, nunca chegou a despertar muita atenção dos analistas acadêmicos. Isso, talvez, ocorra em função de que no mundo *off-line* esse tipo agência tenha, pelo menos até agora, pouca capacidade de produzir efeitos significativos sobre a realidade social. A situação parece se inverter no ciberespaço. Como nesse ambiente foram criadas as possibilidades, através da otimização maquínica, de que pequenos gestos individuais com baixo grau de intencionalidade conscientizada se somem e produzam ruídos políticos estrondosos cada vez mais impossíveis de serem ignorados pelo mundo político. A noção de “agência” tal como foi utilizada aqui, tem a capacidade de evidenciar esse aspecto até certo ponto irrefletido dos pequenos gestos políticos produzidos em rede e que: são gestos com pouca intencionalidade conscientizada. Eis, talvez, a grande novidade na arena dos acontecimentos políticos. O que era antes residual e desimportante, em razão, mesmo, de apresentar-se como uma agência com baixo grau de intencionalidade conscientizada, passa a adquirir agora, com a emergência do ciberespaço, uma importância cada vez mais significativa na arena política.

Se atentarmos para os significados atribuídos à política no mundo moderno, veremos que se trata de uma atividade social para a qual se prescreve um grau de conscientização elevado. De todos os lados ouvimos que devemos evitar a alienação política, que devemos nos inteirar sobre os assuntos governamentais que afetam a nossa vida, que devemos buscar informações biográficas sobre os candidatos que pretendemos eleger, que devemos refletir responsavelmente sobre nossas escolhas políticas e votar conscientemente, etc. Portanto, se há uma atividade social que cobra intencionalidade conscientizada de forma, realmente, enfática essa é a ação política. O ciberespaço parece ter inventado os meios para que se possa agir politicamente com maior frequência e com um índice de intencionalidade conscientizada menor. Ao fazer isso, está produzindo uma mudança significativa na forma como nos relacionamos cotidianamente com a esfera política. Quando a expressão de um posicionamento político está disponível a um *click* de *mouse*, devemos esperar por transformações importantes nesse campo, o que leva a desafios analíticos desafiadores para os estudiosos do ciberespaço e dos fenômenos políticos.

Há que se mencionar, ainda, que os habitantes do ciberespaço também podem ser percebidos como sujeitos da agência de natureza política de entidades não humanas. Como nos informa Bruno Latour, ao desenvolver sua Teoria do Ator Rede (TAR), as coisas, os “materiais não humanos” que se articulam em rede com os humanos, além de “‘determinar’ e servir de ‘pano de fundo da ação humana’, [...] podem] autorizar, permitir, dar os recursos, alentar, sugerir, influir, bloquear, fazer possível, proibir, etc.” (LATOUR, 2008, p. 107), ou seja, elas possuem a capacidade de agência sobre nós, humanos. Se considerarmos que coisas como causas, fotos polêmicas, vídeos reveladores postados no YouTube, abaixo-assinados alojados em sites, compartilhamentos de denúncias, postagens em blogs, etc. são capazes de nos tragar para dentro de complexos “ciberacontecimentos” de natureza política e nos fazer gastar horas, dias e até semanas opinando em debates na web, buscando freneticamente informações atualizadas, monitorando os impactos de fatos que vão se sucedendo em cadeia, podemos ter uma ideia de como, em muitos casos, somos, num certo sentido, manipulados por esses materiais *actantes*. Uma análise sobre coisas assim, pressupõe que inventemos, segundo Latour, “truques para podermos fazê-los falar, quer dizer, fazê-los oferecer descrições de si mesmos, produzir roteiros do

que fazem para outros humanos e não humanos” (idem, p. 117). Ao reconhecer a agência dessas entidades desencarnadas, ao inventariar sua *actância* poderíamos, quiçá, compreender, entre outras coisas, como se processam lotes significativos de intencionalidades nas ações políticas desenvolvidas no ciberespaço e, ainda, retrazar esquemática e analiticamente o fascinante transcurso entre um quase desinteressado e protocolar *click* num botão “curtir” e um inevitável engajamento num absorvente e complexo processo de expressividade política, onde diversos atores encontram-se em jogo.

## **ACONTECIMENTOS POLÍTICOS PRODUZIDOS EM REDE POR ACTANTES HETEROGÊNEOS: INVENTARIANDO AS POSSIBILIDADES DE UMA ANTROPOLOGIA DOS CIBERAONTECIMENTOS**

O ciberespaço é, inegavelmente, um lugar interessantíssimo para a monitoração da produção de acontecimentos políticos em rede por atores humanos e não-humanos (actantes), bem como para analisar as intrincadas e curiosas amarras factuais que os possibilitam. Ainda mais interessante são as possibilidades heurísticas oferecidas pela observação daqueles acontecimentos que poderíamos considerar “extraordinários” ocorridos nas malhas formadas pelas ações políticas dos inúmeros habitantes humanos e não-humanos nas complexas teias do ciberespaço. É através deste tipo de monitoramento e análise que se pode compreender com maior perspicácia o que o ativismo político e outras formas de usos da Internet podem produzir objetivamente em termos de construtos sociais.

Através das várias plataformas possibilitadas pela Internet que disponibilizam informações e permitem interações sociais pode-se assistir, ocasionalmente, episódios acidentais, inusitados, imprevistos, escandalosamente impactantes e que mobilizam atenção e produzem intensa atividade ciberativista segundo os termos descritos acima. Neste rol de acontecimentos salientam-se, sobretudo, aquelas ações pessoais que podem ser consideradas conscientes ou inconscientemente políticas e que fogem ao controle do sujeito que as deflagra: gafes, manifestações “politicamente incorretas”, vazamento de informações privadas estrondosamente constrangedoras e/ou desabonadoras, etc. Elas costumam ocorrer quando um episódio, algo insignificante, privado e/ou concebido para não ecoar além de um circuito restrito de relações mais imediatas do emissor transforma-se, acidentalmente, em um estrondoso “ciberacontecimento” capaz de mobilizar freneticamente a atenção de muitos usuários de *Internet* e provocar toda sorte de reações ciberativistas (adoção de hashtags de denúncias, compartilhamentos de material denunciativo, publicação de comentários indignados, etc.). São nesses momentos que podemos assistir o desencadear de uma rede de agenciamentos que tencionam os sistemas estruturados de percepção social acerca de algum tema político ou politizável. O “social” ali criado, nessa rede de agenciamentos, é passível de ser captado nos rastros daquilo, que Latour entende, como “uma sucessão de associações entre elementos heterogêneos”, humanos e não-humanos (LATOUR, 2008, p. 19).

Frequentes dramatizações de acontecimentos como estes ocorrem no ciberespaço porque muitos de seus habilitantes para ali afluem cotidianamente em busca de episódios que quebrem com a monotonia do ordinário e façam jorrar torrencialmente consequências imprevistas e mobilizadoras de atenção. Quando desencadeados, esse tipo de acontecimento-circuito se retroalimenta

pelos efeitos por ele produzidos, tanto no mundo *on-line* como no *off-line*. Mas está a Antropologia preparada para lidar teórica e metodologicamente com “acontecimentos extraordinários” desta natureza?

Um olhar rápido sobre a tradição antropológica nos mostra que essa disciplina nunca escondeu seu fascínio pelo ordinário, pelo regular, pela rotina, pelo previsível. Talvez isso se deva ao fato de que os antropólogos, ao buscarem compreender “o outro” em sua exotividade, fatalmente tiveram que apreendê-la em sua regularidade e não nas possíveis formas excêntricas de suas manifestações.

Roberto Cardoso de Oliveira já havia notado essa inclinação da Antropologia para a focalização da normalidade, dos aspectos ordeiros da vida social e cultural dos grupos humanos. Assim teria sido, segundo ele, até, pelo menos, a emergência da antropologia interpretativa norte-americana. Em seu já clássico texto “A categoria de (des)ordem e a pós-modernidade da antropologia” (1988), o autor afirma que as grandes tradições antropológicas, anteriores a esse movimento desencadeado por Clifford Geertz, nada mais foram do que “paradigmas da ordem”. Buscando debruçar-se sobre coisas como princípios de organização social (solidariedade mecânica e solidariedade orgânica), estruturas sociais, formas elementares, estruturas elementares, padrões ou regularidades sociais, etc. essas escolas teriam “impensadamente” adotado a “ordem” como eixo ordenador de seus exercícios analíticos:

“Tal a força dessa categoria [- a ‘ordem’ -] no universo da disciplina que ela não apenas orienta o discurso das diferentes ‘escolas’, o que constituiria a bem dizer o *impensado* da disciplina, como ainda manifesta-se no centro de sua problemática, largamente explícita em todos os índices ou sumários de quantos ensaios e monografias a antropologia conhece em sua história.” (OLIVEIRA, 1988, p. 93).

Oliveira atribui à antropologia interpretativa de Geertz e seus seguidores “pós-modernos” - George Markus, Michel Fischer, James Clifford, Stephen Tyler, Paul Rabinow e Vicent Crapanzano - a iniciativa de terem provocado a emergência de forças que causam “desordem” na narrativa antropológica como a valorização de uma relação de intersubjetividade entre o universo cultural do pesquisador e do pesquisado, do reconhecimento da individualidade que caracteriza o olhar do pesquisador, bem como da historicidade implicada no exercício etnográfico; forças essas que dificultariam enormemente a atitude domesticadora das narrativas antropológicas mais tradicionais.

Ocorre, contudo, que mesmo que sejam adotadas tais posturas desdomesticadoras no exercício etnográfico, isso não garante que o foco de interesse de antropólogos com essa orientação deixe de privilegiar as normalidades, os fluxos sociais rotinizados, a monotonia das regularidades cotidianas a serem fixadas, como propõe Geertz numa “forma inspecionável” (GEERTZ, 1989, p. 29). Pode-se, muito bem, usar toda essa “desordem” metodológica para tratar de coisas bem regulares, como parece propor Geertz:

“Compreender a cultura de um povo expõe a sua normalidade sem reduzir a sua particularidade. (Quanto mais eu tento seguir o que fazem os marroquinos, mais lógicos e singulares eles me parecem.). Isso os torna acessíveis: colocá-os no quadro de suas próprias banalidades dissolve a sua opacidade.” (GEERTZ, 1989, p. 24).

Em síntese, mesmo em suas versões mais indóceis para com a “ordem” a Antropologia se mostra uma disciplina que se dedica muito mais a inventariar o ordinário do que o extraordinário da vida social e cultural.

Situação inversa vive a História. Os historiadores, tradicionalmente, conseguem lidar melhor com acontecimentos extraordinários, pois durante muito tempo foram estes episódios – de grande, de média e até de pequena relevância histórica – seus objetos privilegiados. Só recentemente é que, por aproximação à Antropologia, passaram a se interessar pela “história do cotidiano”, a história dos fatos rotineiros da vida das sociedades do passado. Mas, mesmo com esses “ventos”, alguns historiadores contemporâneos têm coisas interessantes a dizer sobre “acontecimentos”, ou seja, sobre episódios singulares que habitam e “marcam” a história.

Pierre Nora, por exemplo, nos adverte sobre a natureza moderna e ocidental disso que chamamos de “acontecimentos” fornecendo assim uma pista quiçá útil para explicar a pouca presença desses episódios nas narrativas antropológicas - grande parte delas, como se sabe, tematiza sociedades tradicionais e/ou não ocidentais. Nora faz essa observação contrapondo a situação moderna ao que ocorreria nas sociedades tradicionais:

“[nas sociedades tradicionais] os poderes instituídos, as religiões estabelecidas tendiam a eliminar a novidade, a reduzir seu poder corrosivo, a digeri-la através do rito. Todas [essas] sociedades procuram dessa forma perpetuar-se por um sistema de novidades que têm por finalidade negar o acontecimento, pois o acontecimento é precisamente a ruptura que colocaria em questão o equilíbrio sobre o qual elas são fundamentadas. Como a verdade o acontecimento é sempre revolucionário, o grão de areia na máquina, o acidente que transforma e que prende inesperadamente. (...) Mas para exorcizar o novo há dois meios: conjurá-los através de um sistema de informação sem informações, ou integrá-lo ao sistema da informação”. (NORA, 1976, p. 187).

Já Paul Veyne, outro historiador, chama atenção para o exercício necessariamente perspectivista da enunciação de um acontecimento ao mesmo tempo em que alerta para os tipos de “materiais” (homens e coisas) que devem interagir nestes episódios:

“Os acontecimentos não são coisas, objetos consistentes, substâncias; eles são um corte que realizamos livremente na realidade, um aglomerado de procedimentos em que agem e sofrem substâncias em interação, homens e coisas. Os acontecimentos não apresentam uma unidade natural; não se pode, como o bom cozinheiro de Fedro, cortá-los conforme suas articulações, pois eles não as possuem.” (VEYNE, 1982, p. 30).

Teóricos da Comunicação Social também têm se dedicado a reflexão sobre os aspectos conceituais da noção de “acontecimento”. O interesse dos comunicólogos por esse tema emerge naturalmente quando estão a abordar o tratamento noticioso dado pelas mídias a esses episódios. É comum nessas abordagens a referência a determinações culturais que operariam na transformação de um acontecimento em uma “notícia”. Assim, quando um “acontecimento” é transformado em uma ecoante “notícia”, e esta retroalimenta o primeiro, estaria em operância um enquadramento cultural envolvente fornecedor dos parâmetros necessários ao desenvolvimento desse processo. Segundo Eduard Hall essa cultura envolvente, no final das contas, “é que decide em que nós devemos prestar atenção e o que devemos ignorar” (HALL *apud* ALSINA, 2009, p. 115). Isso ocorreria animado por uma lógica econômica: “não podemos considerar tudo quanto temos em volta como algo significativo, pois não seríamos capazes de processarmos tanta informação” (ALSINA, 2009, p. 115).

Complementarmente, há também neste campo disciplinar quem se lembre do caráter “irruptivo” dos acontecimentos. Mesmo que a cultura envolvente forneça de antemão os enquadramentos semânticos necessários a sua

ocorrência e posterior assimilação, há sempre no acontecimento algo totalmente novo, momentaneamente assistêmico, imprevisível. O fato é que sua súbita eclosão só seria possível em decorrência de uma associação muito particular e incidental de eventos em um contexto imprevisível de fluxo informacional. Segundo Blaise Lempen “o acontecimento é o resultado da brutal ligação de um fato com outros fatos, anteriormente isolados uns dos outros, através da informação” (LEMPEN, 1980, p. 50).

Mais recentemente, estudiosos da comunicação têm, também, mostrado atenção para acontecimentos ambientados no ciberespaço. E aí há que se fazer menção ao termo cunhado por Rafael Diaz Arias: ciberacontecimentos. Esse termo daria conta daqueles episódios em que há “propagação explosiva de informação” no ciberespaço causada pela divulgação de fatos com grande capacidade de mobilização de atenção através, quase sempre, de material visual, sonoro ou audiovisual (ARIAS, 2008).

Como se vê, há recursos teóricos interessantes disponíveis nessas disciplinas irmãs que podem ajudar a sanar lacunas existentes na Antropologia. Uma análise antropológica de acontecimentos ciberespaciais passa, portanto, por esse tipo de prospecção interdisciplinar.

Já foi dito que coisas que desastrosamente emergem do privado para o público costumam produzir muito eco no ciberespaço, ainda mais se forem mobilizadoras de atenção (polêmicas) e tiverem como suporte uma rede de diligentes ciberativistas e de recursos favorecedores desse eco (fotos, filmes, textos, rumores, teorias conspiratórias, links, etc.). Inventariar etnograficamente as condições em que ocorre esse contrabando informacional, essa intrusão acidental do público no privado, bem como as recompensas que estimulam os que celebram tal processo e os diferentes tipos de “materiais heterogêneos” em rede necessários para a ocorrência desses “curto circuitos” informacionais parece ser uma boa receita para compreender essa alta impactabilidade social de que se fala aqui. Isso deve ser feito tendo em vista os parâmetros culturais que estruturam o interesse social dramatizado através do acontecimento em questão.

Ciber acontecimentos, outrossim, mostram-se interessantemente etnografáveis se os tratarmos como constructos sociais, ou seja, como fenômenos que guardam algum grau de similaridade com organizações sociais, tal como um partido político, uma igreja ou um clube de futebol. Assim procedendo, se pode fazer indagações que permitem jogar interessantes luzes sobre o mundo social que se cria através de um ciberacontecimento como o que foi analisado aqui: quais negociações e percepções de realidade ali ocorrem? Que tipos de engajamentos identitários ele suscita nos atores que o experimentam? Qual a tessitura das relações sociais que ele suscita? Não devemos deixar que a efemeridade desse tipo de acontecimento nos cegue para a sua capacidade de desencadear comportamento militante, compartilhamento sociais de percepções da realidade, mapeamentos de alianças e rivalidades, etc.; processos esses muito próximos daqueles experimentados em vínculos com organizações formalmente institucionalizadas. No mundo moderno-contemporâneo, descrito por muitos analistas como dissolvente de vínculos identitários fortes (classe, etnia, religião, etc.), talvez devêssemos buscar também em experiências desse tipo o inventário das modalidades atuais de vínculo social.

## REFERÊNCIAS

AHEARN, Laura. Language and Agency. *Annual Review of Anthropology*, n. 30, p. 109-137, 2001.

- ALSINA, Miguel R. A construção da notícia. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARIAS, Rafael D. La formación de la realidad: noticia, acontecimiento mediático, ciberacontecimiento. Paper apresentado no III Congresso de Periodismo en la Red. Madrid, 2008.
- ERIKSON, Erik H. Identidade, juventude e crise. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.
- GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.
- GIDDENS, Anthony. Central problems in social theory: action, structure and contradiction in social analysis. Berkeley: University of California Press, 1979.
- GOFFMAN, Erving. A representação do eu na vida cotidiana. Petrópolis: Vozes. 1999.
- LATOUR, Bruno. Reensamblar lo social: una introducción a la teoría del actor-red. Buenos Aires: Manantial, 2008.
- LEMPEN, Blaise. L'information et le pouvoir: essai sur le sens de l'information et son enjeu politique. Lausanne: L'Age de l'homme, 1980.
- NORA, Pierre. O retorno do Fato. In: LE GOFF, Jacques (Comp.) História: novos problemas. Rio de Janeiro: Francisco Alves Ed. 1976, p 179-193.
- ORTNER, Sherry. Poder e Projetos: reflexões sobre a agência. In: GROSSI, M; ECKERT, C; FRY, P. (Org.). Conferências e diálogos. Saberes e práticas antropológicas. Brasília: ABA; Blumenau: Nova Letra, 2007, p. 45-80.
- SEWELL, William H., Jr. A theory of structure: duality, agency, and transformation". American Journal of Sociology, 1992, 98(1), p. 1-29.
- VEYNE, Paul M. Como se escreve a História. Brasília: Editora da UnB, 1982.